

Quinta - feira, 17 de Novembro de 2022 | Ano 03, n.º 34 | Presidente: Prof. Adriano Nuvunga | Português

IMPRENSA NÃO ESTÁ PARA APOIAR MILITARES

Jornalistas devem continuar a denunciar violação de direitos humanos

É uma das mais recentes afirmações da Polícia da República de Moçambique (PRM). A corporação, que está entre os principais violadores de direitos humanos em Moçambique, quer que os jornalistas auxiliem as Forças de Defesa e Segurança (FDS) no combate ao extremismo violento. Mas, no meio jornalístico, o apelo está a ser entendido como uma mensagem de que a PRM e as FDS, no geral, continuarão a combater os jornalistas que se colocam a reportar, de forma crítica, os acontecimentos do norte de Moçambique, incluindo a violação de direitos humanos por agentes do Estado.



oi a 7 de Novembro que a PRM, que nunca escondeu o seu desconforto com as reportagens críticas sobre a guerra do norte de Moçambique, chegou a acusar jornais e páginas de Internet de estarem a ser usados para promover o terrorismo e criar pânico no seio das populações.

Coube ao porta-voz do Comando Provincial da PRM de Cabo Delgado anunciar o mais recente posicionamento da corporação. "Nalgum momento tem páginas que nós constatamos que estão mais para publicitar aquilo que são incursões dos terroristas do que uma outra coisa. Então, vocês [jornalistas] têm esse papel, tem esse vosso lado investigativo; busquem informações como forma de auxiliar as Forças de Defesa e Segurança a erradicar esse mal e não o contrário", disse Mário Adolfo, citado pelo portal Zumbo FM, editado em Cabo Delgado.

Falando em conferência de imprensa, o

porta-voz acrescentou: "Os jornalistas, normalmente em casos de conflito, não tomam parte do conflito, só fazem aquilo que é o seu trabalho. Por isso que há aquela possibilidade em campo de fogo o jornalista estar lá, por exemplo, porque o jornalista não toma nenhum partido. Mas, nessa questão, estamos a falar de uma questão de humanismo e nós estamos a ver quem está a sofrer com a questão do terrorismo, não são só as FDS. A população indefesa está a sofrer. Vocês que são jornalistas têm famílias que também são vítimas desse fenómeno. Então, temos que conseguir nos identificar com a causa e fazer um trabalho ligado ao bem-estar dos cidadãos e não ao contrário. Apelo a não desinformação e que sempre que precisarem fazer circular uma informação tenham uma base fidedigna, uma base segura, busquem bases antes de trazer para fora uma informação, principalmente uma informação ligada ao terrorismo".

Jornalistas como defensores de direitos humanos

Na classe jornalística, o apelo para auxiliar as FDS está a ser encarado com justificada suspeição, dado o histórico de perseguição contra a imprensa que se coloca a escrutinar a evolução do conflito, incluindo a actuação das FDS. Por isso, os pronunciamentos da corporação estão a ser entendidos como uma reafirmação de que eles continuarão a fazer mais Amade Abubacar, Ibrahimo Mbaruco e Arlindo Chissale, só para citar algumas das vítimas do autoritarismo do Estado contra a imprensa livre na cobertura do conflito do norte de Moçambique.

De facto, em democracias, não cabe ao jornalismo auxiliar as FDS. Recolher informação relevante para o combate ao extremismo violento é papel das próprias FDS, que incluem unidades de inteligência e contra-inteligência. Se essas unidades falham, como ocorre muitas vezes em Cabo Delgado, onde são apanhadas de surpresa, a busca de dados para informar a actuação das FDS não deve sobrar para jornalistas. Ao jornalismo, em democracias, cabe, isso sim, ser um contra-po-

der, que fiscaliza a actuação dos detentores do poder, sobretudo os actores políticos, reportando factos de interesse público.

Numa conjuntura como a de Cabo Delgado, marcada por graves violações de direitos humanos, ao jornalismo cabe, pois, ser o reduto da defesa desses direitos, com os jornalistas a estarem na linha da frente da denúncia desses actos. Num contexto em que as próprias FDS estão envolvidas em violações de direitos humanos, desde espancamentos até execuções sumárias, como foi do arrepiante assassinato, no verão de 2020, de uma mulher nua, com 36 tiros, ao jornalismo cabe não apoiar as FDS nessa saga de ilegalidades, mas denunciar a sua actuação criminosa e desrespeitosa à dignidade humana.

E reportar a violação de direitos humanos cometida por agentes das FDS ou reportar as derrotas perante o inimigo não é promover terrorismo nem criar pânico no seio das populações, conforme o porta-voz da PRM. Pelo contrário, é exercer o papel fiscalizador e, neste caso, defensor de direitos humanos.

Por isso, o CDD insta a PRM e demais ramos das FDS a não encararem o jornalismo que escrutina o curso do extremismo violento como inimigo, porquanto esta é uma profissão vital para a democracia. Pelo contrário, a PRM e as FDS devem encorajar o jornalismo crítico,

facilitando o trabalho dos seus profissionais, disponibilizando informação e, sempre que acauteladas as condições de segurança, permitir o acesso a locais de interesse público, o que, até ao momento, tem sido recorrentemente recusado.



REDE MOÇAMBICANA DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: RMDDH

Presidente: Prof. Adriano Nuvunga

Editor: Emídio Beúla Autor: RMDDH Layout: RMDDH

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO













- 🏫 Rua Dar-Es-Salaam, número 279, Bairro Sommerschield, Maputo -Moçambique 🕒 Contacto +258 857645056
- Email: info@redemoz-defensoresdireitoshumanos.org @RMDDH_Moz @rmddh_moz
- 😝 Facebook:@RMDDHMoz 🛛 👸 redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/ 🙃 linkedIn: rmddh